



O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE GARANHUNS-PE

Autor (1): Nadja Gabriely de Oliveira Costa
Universidade Federal Rural de Pernambuco; nahcoosta@yahoo.com.br

Co-autor (1): Iago Felipe Ferreira Rocha
Universidade Federal Rural de Pernambuco; igo.ferreira.ferreira@hotmail.com

1.0 Introdução

Este artigo foi solicitado como processo avaliativo para a disciplina de Gestão Escolar, presente na grade curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Garanhuns/Unidade Acadêmica de Garanhuns-PE. A escola é reconhecida pela comunidade em que está inserida como uma instituição que possui características de inclusão, tal concepção da mesma nos permitiu problematizar se seu PPP engloba essa perspectiva inclusiva e como o mesmo está formulado, assim, justificando a escolha do referendo tema. Partindo da compreensão de que não existe um padrão universal para a formulação de um Projeto Político Pedagógico para todas as escolas, desenvolvemos o interesse em analisar o PPP de uma escola municipal da zona urbana de Garanhuns – PE, a partir da concepção de alguns teóricos: Gadotti (1997); Libâneo (2013); Padilha (2008); entre outros. Através da referida análise objetivamos compreender como ocorre o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) em questão, bem como identificar sua colaboração para o processo de formação cidadã.

A Escola Municipal Artur Brasiliense Maia, situa-se na Rua Augusto Calheiros, no Bairro da Boa Vista, Garanhuns/PE. Seu Projeto Político Pedagógico (2014) é feito a partir das orientações da Secretaria Municipal de Educação do município de Garanhuns, que tem como objetivo a construção de uma educação igualitária e qualitativa no que se refere à aquisição de conhecimentos educacionais específicos e à formação do homem enquanto cidadão baseado nos princípios da ética, solidariedade e da participação efetiva de todos que compõem a comunidade escolar. Tendo como lema: ad FUTURUM (ao futuro), com a proposta de “Resignificar conceitos, atitudes e valores para a potencialização da aprendizagem” (GARANHUNS, 2014). Os dados em questão estão presentes no próprio Projeto Político Pedagógico (2014), facilitando assim a compreensão da escola em sua totalidade.

Antes de nos aprofundamos acerca do Projeto Político Pedagógico da escola, pretendemos discutir brevemente o conceito de gestão escolar democrática. A gestão democrática pode ser



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

caracterizada como uma dimensão e um enfoque da atuação que tem como objetivo promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócios – educacionais dos estabelecimentos de educação, assim como afirma Lück:

O conceito de gestão está associado à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados, à ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado uma vontade coletiva. (LÜCK, 2005, p. 17)

A gestão da escola deve ser organizada a partir de um diálogo entre a escola, os funcionários e a comunidade em que a escola está inserida, contando com a participação ativa de todos para o funcionamento da instituição.

2.0 Metodologia

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, nos norteamos a partir dos princípios da pesquisa documental e teórica. De acordo com Fonseca, a pesquisa bibliográfica pode ser caracterizada como:

[...] o levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

Ainda de acordo com Fonseca (2002), a pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, formadas basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre às fontes mais diversificadas, sem tratamento analítico, como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Para a coleta de dados utilizamos a análise de documentos que, conforme ALVES-MAZZOTH et al (1998), é a mais utilizada, embora possa ser complementada por outras técnicas. Os autores explicam que a análise de conteúdo é especialmente adequada para resolver problemas de pesquisa através do exame de atributos de mensagens, o que determinaria o enfoque



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

metodológico de uma pesquisa seria a lógica que orienta o processo de investigação.

3.0 Resultados e discussões dos dados

A escola Artur Brasiliense Maia aponta em seu Projeto Político Pedagógico (2014) como finalidade principal de sua proposta pedagógica: Desenvolver plenamente o estudante, no seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, dando-lhe oportunidade de desenvolver-se como pessoa livre e solidária, capacitada a interagir com o meio social, cultural e físico. Ao analisar o referido documento pode-se perceber que seu principal objetivo é formar integralmente para a cidadania, encontrando inclusive um número significativo de metas que se referem a essa ação. No que se trata do caráter inclusivo que norteia a perspectiva da referida escola podemos identificar, após analisar seu Projeto Político Pedagógico, a ausência de metas e objetivos específicos que se refiram diretamente a essa ação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica apontam uma série de pontos fundamentais para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, dentre eles encontram-se:

III – o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida – conhecimento – cultura – professor – estudante e instituição escolar;

VI – os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil)

VII – o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção.

VIII – o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

X – a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenta às normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade escolar. (BRASIL, 2010)

Analisando o Projeto Político Pedagógico (2014) da escola à luz desses pontos apontados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2010), podemos constatar uma série de seções específicas para a abordagem de tais questões, como: público alvo; fundamentação da oferta; total do de estudantes; requisitos de acesso; critérios de avaliação do processo ensino-aprendizagem; formas de classificação, reclassificação e aproveitamento de estudos; descrição do local e da infraestrutura; política de formação continuada; formas de classificação, reclassificação; aproveitamento de estudos; uma breve fundamentação teórica e a perspectiva da formação cidadã.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Gadotti (1997) afirma que a falta desses elementos obstaculiza a elaboração e a implantação de um projeto novo para a escola. Vale ressaltar que, enquanto não houver vontade política dos superiores (secretaria da educação e prefeitura), de nada adianta projetar uma boa escola, pois, sem esse apoio político, essa implantação de um novo projeto político-pedagógico acabará enfrentando a descrença generalizada.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica definem no capítulo I, artigo 44º, inciso I, é necessário que o Projeto Político Pedagógico da escola contemple: “O diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo.” (BRASIL, 2010). A análise do PPP (2014) da escola nos levou a perceber a presença desse diagnóstico da realidade da comunidade em que a mesma está inserida quando é mencionada a seguinte questão:

No cotidiano escolar as dificuldades são muitas. A família muitas vezes não corresponde às expectativas da escola, e não aceitam as necessidades que seus filhos têm, discriminando-os tanto, que muitas vezes se leva um bom tempo, para se resgatar tanto a autoestima da família quanto a do aluno com deficiência.”. A presença desse diagnóstico acerca da comunidade também pode ser percebida ao apontar o quantitativo de alunos a serem beneficiados pela escola bem como as possíveis dificuldades que viram a ser enfrentadas pela instituição. (GARANHUNS, 2014)

Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (BRASIL, 2010), no capítulo I, artigo 44º, no seu inciso IV, o Projeto Político Pedagógico precisa também contemplar “as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico”. Podemos constatar a partir de nossa análise a presença de uma sessão dedicada a esse norteamto de ações pedagógicas:

A escola de fato institui cidadania. Ela é o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou afinidades, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra. Nosso propósito é quebrar barreiras atitudinais e fazer com que os alunos, possam ter princípios e valores. Em relação aos princípios, deve-se instigar os alunos através da prática pedagógica, da consciência cultural, cidadã, política, globalizada; bem como, o respeito a pluriculturalidade e as diversas teias de relações que englobam o ambiente escolar e a própria sociedade. Quanto a respeito dos valores filosóficos poder-se-ia dizer que, também, a escola é o lugar perfeito para resgatar os valores e os sentimentos familiar, religioso, cultural, artístico, regional, democrático e moral. (...) A proposta de oferecer ensino de qualidade a crianças de baixa renda significa mais do que alargamento de oportunidades futuras no mercado de trabalho. O objetivo primeiro é a inclusão social através da formação de sujeitos críticos, solidários, conscientes de sua capacidade de mudança no mundo. (GARANHUNS, 2014)



A referência feita às questões filosóficas, político-pedagógicas e profissionais vai de encontro a uma das funções atribuídas ao PPP, segundo Libâneo (2013, p. 247), que aponta que é necessário ao Projeto Político Pedagógico: “Expressar vínculos entre o posicionamento filosófico, político-pedagógico e profissional e as ações efetivas que o professor irá realizar na sala de aula, por meio de objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas do ensino”.

4.0 Conclusões

O desenvolvimento da presente pesquisa nos proporcionou o conhecimento das bases que fomentam a produção de um Projeto Político Pedagógico, bem como dos elementos fundamentais e indispensáveis para sua construção. A partir dessa compreensão desenvolvida através de nossas leituras, podemos realizar a análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Artur Brasiliense Maia, nos apropriando de referenciais teóricos que nos permitiram identificar se a construção do referido documento foi realizada conforme as normas que a direcionam.

Através da análise realizada acerca do Projeto Político Pedagógico em questão, podemos identificar sessões e metas que tratam diretamente de elementos citados como fundamentais para a construção de um PPP como, por exemplo, a abordagem à cidadania e a realização do diagnóstico da comunidade em que essa escola encontra-se inserida. Foi possível perceber também certa defasagem na estrutura do documento no que diz respeito a educação de especiais, visto que a escola é conhecida pela comunidade principalmente por seu caráter inclusivo e o PPP da mesma não possui metas voltadas para essa ação. Embora tenhamos percebido essa carência estrutural no referido documento, concluímos que o mesmo segue as referências propostas para sua construção.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, J. & GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências sociais;** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Editora Pioneira, 1998. 107p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de out. de 1988.

_____. **Educação inclusiva: direito à diversidade** : v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Disponível em: <http://www.portalmec.gov.br>.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília : 1996.

FREITAS, L. C. et al. **Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas**. In: Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GADOTTI, M. ROMÃO, J. (orgs.). **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GARANUNS. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Artur Brasiliense Maia ensino fundamental – 1º ao 5º ano**. 2014.

LIBÂNIO, J. C. **Didática**. – 2. ed. – São Paulo : Cortez, 2013.

LÜCK, H. **Concepções e processo democráticos de gestão educacional**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico : como construir o projeto político – pedagógico da escola**. 8. ed. São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire, 2008 (Guia da escola cidadã : V.7)

VIEIRA, S. L. & FARIAS, I. M. S. **Rupturas e Continuidades: Educação no Estado Getulista**. In: Política Educacional no Brasil: Introdução histórica. Brasília: Lider Livro Editora. 2007. P. 85 – 102.